

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

N.º Do Processo: 3/H/S/24

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E SEGURANÇA EM OBRA

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

geralcmi@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 600

NIPC: 506 920 887

ÍNDICE

1. Objeto do procedimento.....	2
2. Identificação e fundamento da escolha do procedimento	2
3. Entidade adjudicante	2
4. Órgão que tomou a decisão de contratar.....	2
5. Órgão competente para prestar esclarecimentos	2
6. Preço base.....	2
7. Prazo e modo de apresentação da proposta	3
8. Documentos da proposta	3
9. Propostas Variantes.....	5
10. Critério de adjudicação	5
11. Adjudicação por lotes.....	5
12. Preço anormalmente baixo	5
13. Negociação das propostas	5
14. Prazo de obrigação de manutenção da proposta	6
15. Documentos de habilitação.....	6
16. Caução	6
17. Despesas e encargos	6
18. Notificações e comunicações	6
19. Prevalência	7
20. Ajuste Direto	7
21. Legislação aplicável.....	7
ANEXO I - Modelo de declaração de aceitação do Caderno de Encargos (Anexo I do CCP)	8
ANEXO II- Modelo de declaração de indicação do preço contratual	9
ANEXO III- Modelo de Declaração do Anexo II ao CCP	11
ANEXO IV – Modelo de declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP	12

1. Objeto do procedimento

1. O presente Programa de Procedimento do concurso destina-se a regular o procedimento para a “**Aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança em obra**”, respeitantes a empreitadas a realizar no Município de Ílhavo.

2. A prestação de serviços compreende os seguintes 3 lotes, melhor identificados no caderno de encargos, sendo admitidas propostas para a totalidade dos lotes ou para cada um deles:

Lote 1 – Centros de Saúde

Lote 2 – Escolas

Lote 3 – Habitação Coletiva

2. Identificação e fundamento da escolha do procedimento

1. O procedimento será realizado através de Concurso Público com publicidade internacional, nos termos do disposto na alínea c), n.º 1 e alínea e), n.º 2 do artigo 16.º e da alínea a) do artigo 20.º, 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), na redação atual.

2. O objeto do contrato encontra-se definido no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, com o Código CPV - 71540000-5 – Serviços de Gestão de Obras, que se define como objeto e vocabulário principal.

3. O contrato deverá obedecer às especificações do caderno de encargos.

3. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Ílhavo, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 506 920 887, com sede na Avenida 25 de Abril, 3830-044 Ílhavo, com o endereço eletrónico geralcmi@cm-ilhavo.pt e sítio institucional www.cm-ilhavo.pt

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

1. A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Câmara Municipal de Ílhavo, em 20 de novembro de 2024, ao abrigo do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29.01 (na redação atual), no exercício da competência estabelecida no art.º 18.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99, repristinado pela Resolução n.º 86/2011 de 11 de abril, em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09, na redação atual.

2. A autorização prévia para assunção do compromisso plurianual foi aprovada por deliberação da Assembleia Municipal, na sessão de novembro/dezembro de 2024, em cumprimento do disposto na alínea b), n.º 1 e n.º 6 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.

5. Órgão competente para prestar esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Júri, a qual lhe foi delegada por deliberação da Câmara Municipal de Ílhavo, em 20 de novembro de 2024.

6. Preço base

1. O preço base do presente procedimento é 463.000,00€ (quatrocentos e sessenta e três euros), a que acresce o IVA, sendo esse o limite máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar

pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, nos termos do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos.

2. Os preços base, por lote, para a vigência máxima prevista no caderno de encargos, correspondem a:

Lote 1 – Centros de Saúde – 140.000,00 €, valor sem IVA;

Lote 2 – Escolas – 220.400,00 €, valor sem IVA;

Lote 3 – Habitação Coletiva – 102.600,00 €, valor sem IVA;

7. Prazo e modo de apresentação da proposta

1. As propostas e os documentos que as instruem deverão ser entregues até às 23H59 do 30º (trigésimo) dia, a contar da data do envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.

2. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.

3. A transferência do termo do prazo definido no ponto 1, por força do estabelecido no ponto 2, não determinará qualquer alteração aos restantes prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas, como é o caso, por exemplo, dos prazos mencionados no artigo 50º do CCP.

4. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham, deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, na plataforma de contratação pública, acinGov.

8. Documentos da proposta

1. Apresentar o Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>, devendo ser selecionadas as seguintes opções:

- i. “Sou um operador económico”;
- ii. “Importar um DEUCP”;
- iii. “Carregar documento”, selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante;
- iv. Selecionar país concorrente;
- v. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
- vi. No final, selecionar a opção ‘Imprimir’ o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto com os documentos da proposta.

No caso de agrupamentos concorrentes, deve ser apresentado um DEUCP distinto relativamente a cada um dos seus membros.

2. Declaração de aceitação do Caderno de Encargos, elaborada de acordo com o modelo constante do Anexo I do CCP, cuja redação consta em anexo ao presente Programa de Concurso como **ANEXO I**.

3. Proposta de Preço, a apresentar por Lote, com indicação do preço com que o concorrente se propõe contratar, com exclusão do IVA, com identificação do respetivo Lote e com indicação do respetivo Prazo de Execução, **ANEXO II**.

4. Certidão do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização de código de acesso para a sua consulta online, bem como outro(s) documento(s) comprovativo(s) da titularidade das habilitações legalmente exigidas para o/a(s) subscritor(a/es) da proposta em representação do concorrente, se aplicável.

5. Informação técnica necessária para a análise das propostas, de modo a comprovar a Especificações Técnicas exigidas no número 2 da Cláusula 9ª do Caderno de Encargos, a qual deverá observar e conter o seguinte:

a. A indicação do nome e currículo de cada um dos elementos da Equipa Técnica, bem como das funções a desempenhar por cada um, conforme seja:

- i. Diretor de Fiscalização com experiência comprovada no mínimo de 10 anos;
- ii. Fiscal de Obra com experiência comprovada no mínimo de 3 anos;
- iii. Coordenador de Segurança em Obra;
- iv. Técnico da Especialidade responsável pelas Instalações Elétricas, Telefónicas e Segurança com experiência comprovada no mínimo de 5 anos;
- v. Técnico da Especialidade responsável pelas Instalações Mecânicas com experiência comprovada no mínimo de 5 anos;

Nesta identificação da Equipa Técnica, os concorrentes encontram-se dispensados de indicar concretamente as obras a que cada técnico ficará afeto.

b. A Equipa Técnica indicada pelo concorrente deve ser constituída pelo número de técnicos suficientes que permita dar resposta às percentagens de afetação e presença em obra exigidas na Cláusula 9ª do Caderno de Encargos, tendo em consideração o número de Lotes a que o concorrente apresenta proposta;

c. Os concorrentes podem apresentar propostas para a totalidade dos Lotes definindo uma Equipa Técnica, por obra, constituída de acordo com o disposto na Cláusula 9ª do Caderno de Encargos

d. Cada elemento/técnico só poderá ser nominalmente proposto por uma única entidade/concorrente.

6. A proposta deve ainda indicar os seguintes elementos:

- a. Referência do procedimento e do respetivo Lote;
- b. Denominação do concorrente;
- c. Prazo da proposta, se superior a 66 dias;

7. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, as declarações e a proposta de preço referida no pontos anteriores devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos á declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

8. Modelo de declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP, **ANEXO IV**.

9. Os documentos serão na sua totalidade redigidos em língua portuguesa.

10. Qualquer outro documento que o concorrente considere indispensável ao esclarecimento dos atributos da proposta.

11. Os documentos da proposta devem ser assinados com assinatura digital qualificada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar, de acordo com o n.º 4 do artigo 57.º do CCP, conjugado com a Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

12. Para efeitos de autenticidade da assinatura eletrónica de todos os documentos, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento oficial, nomeadamente, certidão de registo permanente, código de acesso ou documento equivalente, indicando o poder de representação e assinatura do assinante, nos termos do n.º7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

9. Propostas Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

10. Critério de adjudicação

1. A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para o Município de Ílhavo, pela modalidade, monofator, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, preço por lote, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74 do CCP;

2. A proposta considerada economicamente mais vantajosa será aquela que apresentar preço mais baixo por lote.

3. Em caso de empate na avaliação das propostas, o critério de desempate será pela realização de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes mediante notificação através da plataforma eletrónica, sendo usado como metodologia o sistema de “bolas”, nos seguintes termos:

Determinar-se-á a seriação dos concorrentes para estabelecer a ordenação para efeitos de retirar a bola, pela pontuação mais alta obtida através de um lance de dados;

A numeração das bolas significará a seguinte ordenação;

- ✓ 1ª Posição – bola n.º 1;
- ✓ 2ª Posição – bola n.º 2;
- ✓ 3ª Posição – bola n.º 3;
- ✓ Posições seguintes.

11. Adjudicação por lotes

1. A adjudicação será feita de acordo com a modalidade de lotes considerados individualmente.

2. O critério de adjudicação dos lotes é o definido no ponto 10 do presente programa de procedimento, podendo os concorrentes apresentar proposta para um, para vários, ou para todos os lotes, sendo que a entidade adjudicante pode adjudicar mais que um lote ao mesmo concorrente.

12. Preço anormalmente baixo

1. As propostas cujo preço se enquadre num desvio percentual superior a 20% (vinte por cento) em relação ao valor médio do preço das propostas admitidas, por cada Lote, serão consideradas como de preço anormalmente baixo, conforme e para os efeitos previstos no artigo 71º do CCP.

2. Os limiares dos preços anormalmente baixos previstos foram fixados tendo por referência os valores mínimos salariais, por tipologia de técnico, constantes do Contrato Coletivo de Trabalho aplicável às empresas do setor, os encargos legais com o pessoal e encargos sociais aplicáveis, e o valor dos meios de apoio complementares.

13. Negociação das propostas

A proposta não serão objeto de negociação.

14. Prazo de obrigação de manutenção da proposta

O Concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 dias, contados da data do termo do prazo que vier a ser fixada para a apresentação das propostas.

15. Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar ou disponibilizar o acesso para a sua consulta online, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação de adjudicação, os seguintes documentos comprovativos de habilitação previstos no artigo 81º do CCP:

a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP, **ANEXO III** do programa do procedimento;

b) Documentos comprovativos de que se encontra nas seguintes situações:

i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;

ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;

c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da entidade adjudicatária e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;

d. Documento comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) ou do documento equivalente para o Ultimate Beneficial Owner (UBO) emitido no Estado em que seja nacional ou em que se situe o seu estabelecimento principal.

2. Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.

3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 3 (três) dias destinado ao seu suprimento.

16. Caução

Nos termos da alínea a) do número 2 do artigo 88º do CCP, não é exigida a prestação de caução, dado se verificar um preço contratual inferior a 500.000,00 €.

17. Despesas e encargos

As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

18. Notificações e comunicações

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e o(s) interessado(s), na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

19. Prevalência

Nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 40.º do CCP, as indicações constantes do presente programa de concurso prevalecem sobre as indicações do anúncio em caso de divergência, e de acordo com o estabelecido no artigo 51.º do mesmo Código, as normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

20. Ajuste Direto

Para os efeitos, e de acordo com o previsto no número 1 do artigo 27.º do CCP, após a conclusão do Contrato relativo ao presente procedimento, admite-se a possibilidade de adoção do Ajuste Direto para a celebração de novo Contrato que consista na repetição dos serviços em objeto.

21. Legislação aplicável

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente programa de procedimento, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, na redação atual, e demais legislação aplicável.

Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo

Dr. João António Filipe Campolargo

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS (ANEXO I DO CCP)

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade e representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ____

b) ____

3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Assinatura digital qualificada (4)

1 Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

2 No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

3 Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

4 Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II- MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO PREÇO CONTRATUAL

_____ (denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente, depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto da prestação de serviços a que corresponde o Lote n.º **XX** com a designação “XXXXXXXXXXXX”, a que se refere o Anúncio de Concurso Público n.º XXXX/2024, publicado do Diário da República n.º XX datado de ____ de _____ de 2024, obriga(m)-se a executar os trabalhos que constituem essa prestação, em conformidade com o Caderno de Encargos, nos seguintes termos:

✓ **Lote 1 – Centros de Saúde**

Preço Base: 140 000,00 €

Descrição do Lote 1	Preço Proposto (sem IVA)
Centro de Saúde de Ílhavo	
Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré	
Preço Total Proposto para o Lote 1	

✓ **Lote 2 – Escolas**

Preço Base: 220 400,00 €

Descrição do Lote 2	Preço Proposto (sem IVA)
Escola Básica Professor Fernando Martins	
Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	
Escola Secundária Doutor João Carlos Celestino Gomes	
Preço Total Proposto para o Lote 2	

✓ **Lote 3 – Habitação Coletiva**

Preço Base: 102 600,00 €

Descrição do Lote 3	Preço Proposto (sem IVA)
Construção de Habitação Coletiva, no lugar do Bebedouro	
Construção de Habitação Coletiva	
Reabilitação de edifício na Rua Padre Manuel Bernardes	
Preço Total Proposto para o Lote 3	

Às quantias supramencionadas acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor de ____%

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m), em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data _____

Assinatura(s) _____

(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto).

Eliminar o lote a que não concorre.

ANEXO III- MODELO DE DECLARAÇÃO DO ANEXO II AO CCP

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO
ARTIGO 419.º-A DO CCP**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato n.º ... relativo a ... (objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A do CCP.

2 - Declara também que, caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

.. (local),... (data),... [assinatura].__